

<b>Assunto:</b> Exoneração de secretário - convite ao Juiz Humberto Inojosa para ocupar o cargo	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> CAPA 2	<b>Seção/Repórter:</b> Repórter JC
<b>Página:</b> 2	<b>Data:</b> 02/10/2014

**jornal do**  **commercio**

# Secretário cai depois de denúncia do JC

**MUDANÇA** Governo afasta coronel aposentado da PM Romero Ribeiro, que comandava Secretaria-Executiva de Ressocialização. Juiz Humberto Inojosa deve ser o substituto

**Jorge Cavalcanti**  
cavalcanti.jorge@gmail.com

O secretário estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, o economista Bernardo D'Almeida, vai acumular temporariamente a Secretaria-Executiva de Ressocialização (Seres) até o governador João Lyra Neto divulgar quem será o escolhido para gerenciar de forma direta o sistema prisional do Estado, proporcionalmente o mais superlotado do Brasil e com déficit de agentes e PMs para a segurança e o monitoramento. Hoje, existem 30 mil detentos onde deveriam caber apenas 10 mil deles. O nome mais forte para assumir a Seres em definitivo é o do juiz Humberto Inojosa. A exoneração do agora ex-secretário Romero Ribeiro foi decidida ontem, mesmo dia que o **JC** revelou que uma detenta descumpriu as regras da prisão domiciliar e participou da campanha da sua esposa, Mônica Ribeiro, eleita em 2012 vereadora de Olinda.

Na noite de ontem, após uma longa reunião a portas fechadas entre o governador, Bernardo D'Alemeda e o secretário Luciano Vásquez (Casa Civil), uma curta nota à imprensa foi divulgada. "O go-



Reprodução do Facebook



Bobby Fabisak/JC Imagem

te do Sindicato dos Taxistas de Olinda. Depois do crime, ela assumiu a presidência da entidade. A participação dela para eleger Mônica Ribeiro está sendo investigada pela 1ª Vara de Execuções Penais.

Romero José de Melo Ribeiro assumiu o comando da Seres em janeiro de 2011. Permaneceu na função por três anos e nove meses. Em 2012, engajou-se pessoalmente na campanha da mulher. Era presença frequente nos eventos. O casal Ribeiro chegou a visitar a detenta Elide Silva. Na ocasião, os três posaram para fo-

**FACEBOOK** No alto, foto da detenta (D) em rede social mostra

verno de Pernambuco exonerou, nesta quarta-feira (ontem), o secretário-executivo da Secretaria-Executiva de Ressocialização (Seres), Romero Ribeiro. Até que seja anunciado o substituto, o secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Bernardo D'Almeida, acumula a função de secretário-executivo", diz o texto. Humberto Inojosa é o mais cotado pa-

#### **engajamento. Juiz Humberto Inojosa (acima) avalia convite**

ra assumir a Seres e está prestes a se aposentar como juiz, o que tornaria a indicação possível. O pernambucano tem experiência na área. Já integrou, por escolha da presidência do Conselho Nacional de Justiça, o Grupo de Trabalho dos Juizados de Execução Penal do Brasil (GTJEP), forma-

do por seis magistrados.

A campanha da esposa do ex-secretário de Ressocialização à Câmara de Olinda contou com a participação da detenta Elide Santos Silva, condenada em 2007 há 17 anos de reclusão por ter sido considerada mentora do assassinato de um ex-presiden-

to. Todos usavam adesivo de campanha e faziam o sinal da vitória com os dedos. "Olinda será bem representada e o Estado tem um secretário à altura de seu cargo. Obrigada meus amigos por me darem essa força e incentivo para superar tudo o que aconteceu em 2012 na minha vida", escreveu a detenta, numa mensagem postada poucos dias antes da eleição.

<b>Assunto:</b> Indicação de Juiz Humberto Inojosa	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Cidades	<b>Seção/Repórter:</b> JC nas ruas/Jorge Cavalcanti
<b>Página:</b> 2	<b>Data:</b> 02/10/2014

## Um sopro de esperança

Até a noite de ontem, o juiz pernambucano Humberto Inojosa era o nome mais forte para a Secretaria-Executiva de Ressocialização (Seres), em substituição ao coronel Romero Ribeiro. Em 2012, o então secretário envolveu-se pessoalmente na eleição da esposa, Mônica Ribeiro, a vereadora de Olinda. Fez da campanha da mulher sua própria campanha. Participou de carreatas, panfletagens e de todos os outros eventos típicos em época de eleição.

Em outras palavras, meteu os pés pelas mãos e rasgou o limite da prudência e do acerto. À época, o exagero e excesso causaram desconforto em setores da Seres e do governo. Mas as providências foram tomadas com atraso. Só ontem ele foi obrigado a deixar o cargo que ocupava há três anos e nove meses.

Olhando para frente, supondo que o pernambucano Humberto Inojosa topará o desafio de gerir um sistema prisional falido, superlotado e deficitário, a troca de comando renova as esperanças. De 2008 a 2013, o juiz foi o representante do Judiciário no Comitê Gestor do Pacto pela Vida. Ele já tem uma relação com setores do Executivo e sua indicação objetiva também sanear o sistema prisional.

Os esforços de Pernambuco na segurança pública geraram um inevitável inchaço ainda maior do sistema prisional. No próximo ano, independentemente de quem for eleito governador, será necessário um choque de gestão envolvendo Executivo e Judiciário.

<b>Assunto:</b> Denny Oliveira	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> CIDADES	<b>Seção/Repórter:</b>
<b>Página:</b> 3	<b>Data:</b> 02/10/2014

# Denny vai poder trabalhar

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) vai recomendar à 2ª Vara de Execuções Penais do Estado a liberação do apresentador Denny Oliveira para o trabalho fora da Penitenciária Agrícola São João, em Itamaracá, onde está preso desde terça-feira. Denny deverá assumir o cargo de assessor da gerência de uma transportadora na BR-101, na Zona Sul do Recife, tão logo os juizes da vara – Roberto Costa Bivar e Cícero Bittencourt – anunciem decisão favorável.

O pedido dos advogados de Denny foi apreciado ainda ontem pelo promotor de justiça da Vara de Execuções Penais, Marcellus Ugiette. “Pela lei ele tem todo direito a uma profissão fora do sistema pri-



Priscilla Buhr/Arquivo JC Imagem

**Ex-apresentador deve assumir o cargo em uma transportadora**

sional, além de considerarmos o trabalho um instrumento importante de reinserção social”, explica Ugiette.

De acordo com ele, o apre-

sentador poderá trabalhar no horário comercial, de 8h as 12h e de 14h as 18h. “Deixamos claro que ele vai poder se ausentar da unidade prisional às 6h e retornar até as 20h, por conta da locomoção. Caso contrário, poderá ser considerado faltoso quando for realizada a totalidade dos presos à noite”, diz, acrescentando que o apresentador terá direito a cinco saídas anuais de sete dias cada.

No tempo em que estiver trabalhando, Denny não deverá usar a tornozeleira de monitoramento de presos. “O equipamento está previsto apenas para saídas temporárias e para casos de prisão domiciliar”, explica o promotor, citando a Lei 12.258, de 2010, que regula o uso do dispositivo.

Denny Oliveira foi preso no

último dia 11, quando estava sozinho em um apartamento no bairro das Nações, em Campina Grande, interior da Paraíba. A prisão foi efetuada por uma equipe da Delegacia de Capturas da Polícia Civil de Pernambuco (Polinter), com apoio de policiais civis paraibanos. O apresentador não resistiu à prisão, embora demonstrasse abalo emocional quando foi abordado.

Em novembro de 2010 ele foi condenado a 15 anos de prisão, acusado de participação no estupro e atentado violento ao pudor contra quatro adolescentes que supostamente participariam dos programas apresentados por ele. As denúncias contra Denny vieram a público em 2006, quando as mães das adolescentes resolveram procurar a polícia.

<b>Assunto:</b> Mutirão estimula acordos judiciais	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Local	<b>Seção/Repórter:</b>
<b>Página:</b> a7	<b>Data:</b> 02/10/2014

# DIÁRIO de PERNAMBUCO

■■■ local

## Mutirão estimula acordos judiciais

Semana de Conciliação da Vara Criminal prevê a realização de 200 audiências por dia em Ipojuca. Objetivo é agilizar o fim dos processos de menor potencial ofensivo



As sessões acontecem das 8h às 17h, no Fórum

**A** Corregedoria Geral de Justiça de Pernambuco iniciou ontem um mutirão para encerrar ações penais de menor potencial ofensivo, no Fórum de Ipojuca, Região Metropolitana do Recife. Contando com um total de cinco conciliadores, a 1ª Semana de Conciliação da Vara Criminal prevê a realização de 200 audiências por dia, em três dias de trabalho. São consideradas ações de menor poder ofensivo aquelas que preveem penas de até dois anos de restrição da liberdade ou multa. As sessões acontecem das 8h às 17h, no Tribunal do Júri da cidade.

O objetivo é agilizar o jul-

gamento dos processos, estimulando acordo entre as partes envolvidas. Dentre os crimes analisados estão casos de embriaguez, ameaças, lesões corporais leves, brigas de vizinhos, som alto, calúnia e difamação. O acordo será proposto pelo promotor de Justiça e pode ser ou não aceito, tendo a pena alternativa aplicada. "As penalidades possuem um caráter pedagógico que visa não prevenir que o acusado se torne reincidente após a punição", afirmou a juíza corregedora auxiliar Fernanda Pessoa de Paula.

Ipojuca foi escolhida para sediar o mutirão por integrar uma comarca que vem

crescendo em demanda ao longo dos anos. Mensalmente, três mil processos criminais são protocolados e, desses, 30% são de menor potencial. "A semana funciona como resposta à comunidade, para que não se tenha a sensação de impunidade", afirmou a juíza.

A conciliação é uma forma de solução de conflitos em que as partes, por meio da ação de um terceiro, o conciliador, chegam a um acordo, solucionando a controvérsia. Nesse caso, o conciliador tem a função de orientar e ajudar, fazendo sugestões que melhor atendam aos interesses dos dois lados em conflito.

<b>Assunto:</b> Exoneração de Secretário – Menção à Vara de Execuções Penais	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Local	<b>Seção/Repórter:</b>
<b>Página:</b> a10	<b>Data:</b> 02/10/2014

# DIÁRIO de PERNAMBUCO

SERES

## Romero Ribeiro é exonerado pelo estado

O secretário-executivo de Ressocialização, coronel Romero Ribeiro, foi exonerado na noite de ontem pelo governo do estado. Em nota à imprensa, o Executivo informou que o secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Bernardo d'Almeida, acumulará a função até que seja anunciado um substituto, até o início da próxima semana.

Ribeiro assumiu a pasta em janeiro de 2011 e desde então vinha sendo alvo de críticas por sua atuação à frente do sistema prisional. Nos últimos três anos, diversas irregularidades em unidades carcerárias foram denunciadas pela imprensa, como a de que presos do Complexo do Curado não recebiam atendimento adequado, em 2012. Na época, o fato foi negado por ele.

De responsabilidade do coronel, o Centro de Monitoramento Eletrônico de Reeducados (Cemer) é alvo de investigação da 1ª Vara



ANNA CLARICE ALMEIDA/DP/DA PRESS

**Ribeiro assumiu a pasta em janeiro de 2011**

de Execuções Penais por supostas irregularidades no cumprimento de pena de uma detenta em 2012. A denúncia foi publicada ontem no *Jornal do Commercio*.

Na reportagem, o secretário aparece numa foto acompanhado da esposa Mônica Ribeiro - então candidata a vereadora de Olin da - em campanha, na casa da detenta Elide Santos, que cumpria prisão domiciliar. No registro da tornozeleira dela, foram detectadas violações de perímetro.

**Assunto:** Novos Juizes do TJPE têm maior carga do país

**Veículo:** Folha de Pernambuco

**Editoria:** Últimas Notícias

**Seção/Repórter:**

**Página:** 2

**Data:** 02/10/2014

**FOLHA**  
DE PERNAMBUCO

Tramitam hoje 1,8 mi processos na Justiça do Estado

# Novos juizes do TJPE têm maior carga do País

■ **DOS 72 JUÍZES** nomeados, 61 deles tomaram posse terça-feira passada na expectativa de que a carga de trabalho seja reduzida

Com muita disposição e dedicação à Justiça, os 61 novos juizes empousados na última terça-feira para reforçar o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) começaram ontem o curso de formação de 628 horas que será ministrado na Escola Judicial do Tribunal. A luta será árdua, uma vez que os magistrados do Estado tiveram a maior carga do País em 2013, segundo o Relatório da Justiça em Números 2014, divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Cerca de 1,8 milhão de processos tramitam, atualmente, na Justiça de Pernambuco, o que significa que de cada 10 pernambucanos, dois estão com processos no TJPE, e esta situação estimulou o presidente do Tribunal, desembargador Frederico Neves, a nomear todos os juizes aprovados em concurso. "Mas a demanda continua grande", lamenta Frederico Neves, que já determinou o início de uma nova seleção de juizes, mesmo enfrentando dificuldades orçamentárias. "O TJPE precisa de aportes do governo estadual para nomear mais juizes", completa.

Mesmo com tanto trabalho,



Maurício Ferry/Arquivo Folha

**FREDERICO** Neves investe nos quadros do TJPE

## Folha resume

A posse dos novos juizes aconteceu na terça-feira passada, em solenidade realizada na sede do Tribunal de Justiça de Pernambuco, instalado no Centro do Recife. Apesar do importante reforço, o déficit de magistrados no Estado continua grande, havendo ainda cerca de 200 vagas abertas.

o TJPE detém o melhor Índice de Atendimento à Demanda (IAD), uma vez que solucionou uma quantidade de processos maior do que o total que ingressou na Justiça no ano passado, reduzindo significativamente o estoque de ações pendentes de julgamento. Os juizes de Pernambuco estão

entre os nove mais produtivos do Brasil, com cada um deles solucionando mais de 1.700 processos em 2013, uma média maior que a nacional, que contemplou cada magistrado com 1.600 processos.

O IAD é o termômetro que revela se há aumento ou diminuição do total de proces-

## Saiba mais

**ORÇAMENTO** - No ano passado, a despesa do TJPE somou R\$ 1.060 milhão, sendo que R\$ 944.206 mil foram investimentos direcionados para a área de recursos humanos. Já o quadro de servidores recebeu um aumento de 12% em relação ao ano de 2012, e hoje funciona com mais de 6.600 servidores efetivos.

sos ao longo do tempo, sendo formado a partir da divisão da soma de todos os processos baixados pelo número de casos novos. Há dois anos, o TJPE marcava 82%, e enquanto melhorou suas taxas, a média em todo o Brasil caiu de 103%, em 2009, para 98% em 2014.

Os novos juizes empousados irão assumir as comarcas vagas no Interior do Estado logo após concluírem o curso de formação, que se destina a aprimorar habilidades, conhecimentos e atitudes dos magistrados em referência à realidade jurisdicional vivida pelo TJPE e seu contexto social no dia a dia. De acordo com o desembargador Frederico Neves, na sua gestão irá investir nos quadros do Judiciário e seus integrantes, "que, com seu empenho, darão uma resposta importante à sociedade pernambucana", concluiu.

<b>Assunto: Tribunal pernambucano é o melhor estadual a atender demandas</b>	
<b>Veículo: CNJ</b>	<b>Data: 02/10/2014</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## Tribunal pernambucano é o melhor estadual a atender demandas



O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) é o tribunal estadual do país que tem o melhor Índice de Atendimento à Demanda (IAD), o que quer dizer que conseguiu solucionar um número de processos maior do que a quantidade ingressada na Justiça em 2013, reduzindo o estoque de ações pendentes de julgamento. As informações foram divulgadas na terça (23/9) e na quarta-feira (24/9) pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) durante o lançamento do

Relatório Justiça em Números 2014. Com 151% de cumprimento do IAD, o TJPE supera a média nacional de 98%.

O Índice de Atendimento à Demanda, que revela se está havendo aumento ou diminuição do estoque processos ao longo do tempo, é formado a partir da divisão do total de processos baixados pelo número de casos novos. Em 2012, o TJPE tinha a marca de 82%. Enquanto o Tribunal pernambucano melhorou suas taxas, a média nacional caiu de 103% em 2009 para 98% neste ano. Segundo o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Frederico Neves, o resultado faz parte do esforço dos magistrados e servidores. “Esses números representam o empenho de magistrados e servidores, que estão unidos e imbuídos do verdadeiro propósito da Justiça, que é atuar para a pacificação social. Os cidadãos são os beneficiários deste trabalho”, ressaltou.

Atualmente, tramitam na Justiça pernambucana aproximadamente 1,8 milhão de processos, o que equivale a dizer que a cada 10 pernambucanos 2 têm processos na Justiça. Por ano, mais de 480 mil processos ingressam na Justiça do estado. São 1.340 processos por dia, 40,2 mil por mês.

**Congestionamento** - Enquanto os demais tribunais estaduais do país mostraram uma taxa de congestionamento constante, Pernambuco foi um dos três únicos a conseguir reduzir seu índice em mais de 10% durante 2013. No ano passado, foram solucionados 729.015 processos, aproximadamente 270 mil a mais do que em 2012. Com isso, o TJPE também passou de 44% no índice de eficiência para 79%, ficando dentro da média nacional.

O Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus) é calculado a partir de parâmetros de produtividade, considerando o fluxo de entrada – número de processos que ingressaram, recursos humanos e financeiros disponíveis, servidores e despesas –, e o fluxo de saída, ou seja, os processos baixados. Assim, o indicador destaca os tribunais que mais baixam processos em relação aos seus insumos. De acordo com o desembargador Frederico Neves, o Tribunal de Justiça de Pernambuco continua empenhado em avançar. “Este ano, criamos as Centrais de Agilização, as Câmaras Extraordinárias e ampliamos o horário nas Varas Cíveis da Capital. Além disso, realizamos ações como o regime especial nas Varas de Executivos Fiscais da Capital, a Semana do Júri e as Quinzenas do Idoso e do Júri. Estamos confiantes de avançar nos resultados”, ressaltou.

<b>Assunto: Semana de Conciliação tem início em Ipojuca</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 02/10/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Semana de Conciliação tem início em Ipojuca**

O Fórum do município de Ipojuca, na Região Metropolitana do Recife (RMR), receberá a 1ª Semana de Conciliação da Vara Criminal, a partir desta quarta-feira (01). A expectativa é de que 200 audiências sejam realizadas por dia até o fim do projeto, previsto para a sexta-feira (03).

A iniciativa contará, no total, com a participação de cinco conciliadores. Serão realizadas reuniões de conciliações relativas a crimes de menor potencial ofensivo, que podem resultar em até dois anos de restrição ou pagamento de multa. As audiências acontecerão no Tribunal do Júri do Fórum de Ipojuca.